



**Município de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Referente: Pregão Eletrônico 100/2023

Acato a manifestação da Secretaria, da equipe técnica e da assessoria jurídica, no sentido de não dar provimento à impugnação apresentada pela empresa **KONICA MINOLTA HEALTHCARE**.

Campo Bom, 09 de novembro de 2023.

Luciano Libório Baptista Orsi
Prefeito Municipal



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FC27-BCA5-48AF-BC97

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUCIANO LIBORIO BAPTISTA ORSI (CPF 440.XXX.XXX-25) em 10/11/2023 18:51:00 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/FC27-BCA5-48AF-BC97>



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Referência: Processo Administrativo nº 15.293/2023

Interessado: Comissão permanente de licitações

PARECER JURÍDICO nº 133/2023

APRECIÇÃO IMPUGNAÇÃO
APRESENTADA PELA EMPRESA KONICA
MINOLTA HEALTHCARE DO EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 100/2023
PARECER JURÍDICO. OPINA PELO
PROSSEGUIMENTO DO EDITAL, NOS
MOLDES DA MANIFESTAÇÃO TÉCNICA.

1 – OBJETO

Trata-se de pedido de parecer jurídico referente a impugnação feita pela empresa KONICA MINOLTA HEALTHCARE do edital de pregão eletrônico nº 100/2023 com fundamento em críticas baseadas nas características do objeto, qual seja um aparelho de Raio-X para o hospital Lauro Reus.

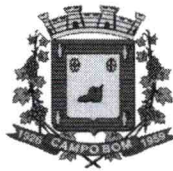
Assim, tendo em vista o caráter estritamente técnico da impugnação foi encaminhada solicitação ao setor técnico, bem como a secretaria solicitante a fim de que se manifestassem acerca dos argumentos da empresa.

Com o retorno do parecer técnico o feito veio para análise da procuradoria jurídica, sendo que (vide despacho de nº 19) foi solicitada complementação da manifestação técnica apresentada, tendo em vista a procuradoria entender que necessitava de complementação acerca do que era considerado “críticas locais” a fim de justificar de forma mais completa a demanda.

Diante disso, a secretaria, bem como o setor técnico de engenharia do hospital retornaram com a devida complementação e assim o feito voltou para análise do setor jurídico do município.

Feito esse breve resumo dos fatos, passa-se à análise do pedido.

2 – DO MÉRITO



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

Inicialmente, cumpre salientar que da análise apurada do mérito da demanda, verifica-se que se trata de cunho estritamente técnico, o qual não cabe a procuradoria jurídica se manifestar a respeito, pois não possui capacidade técnica e a “*expertise*” necessária que o objeto demanda, os quais devem ser respondidos e justificados pelos setores responsáveis.

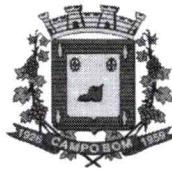
Dessa forma é o que se extrai do enunciado do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União, como se pode observar, o controle prévio de legalidade se dá em função do exercício da competência da análise jurídica da futura contratação, não abrangendo, portanto, os demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade. Em relação a esses, eventuais apontamentos decorrem da imbricação com questões jurídicas, na forma do Enunciado BPC nº 07, do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

“Enunciado BPC nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento”.

Nesse sentido, verifica-se que isso foi feito, tendo sido diligenciado pelo setor de licitações os devidos esclarecimentos com os setores responsáveis, conforme se depreende dos autos do processo administrativo nº 15.293/2023 em que fora realizada a juntada das manifestações da secretaria responsável, bem como do setor técnico de engenharia do hospital.

Assim, colaciona-se a seguir os trechos das justificativas apresentadas pelos setores, quais sejam:



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

- Manifestação da Secretaria Municipal de Saúde: *“A principal característica que faz a definição do estabelecimento em um modelo MOTORIZADO é a desvinculação de esforços físicos dos operadores ao movimentar este tipo de equipamento médico nos diversos ambientes do hospital, que tem gerado disputas no âmbito da justiça trabalhista em diversos outros estabelecimentos hospitalares espalhados pelo Brasil; - Um aparelho de raios X móvel motorizado é superior a um aparelho de raios X móvel sem motorização por várias razões: A motorização oferece diversas vantagens, tanto em termos de eficiência operacional quanto de qualidade dos exames médicos. Aqui estão algumas das razões pelas quais um aparelho de raios X móvel motorizado é preferível: Mobilidade aprimorada, manuseio mais simples, posicionamento preciso, produtividade e eficiência, redução de fadiga do operador, melhora na qualidade das imagens, maior segurança; Ressaltamos que o descritivo foi baseada nas tecnologias na categoria de raios X móveis digitais disponibilizados nas plataformas governamentais do SIGEM e RENEM no item 361 –? (vide o link em <https://consultafns.saude.gov.br/#/equipamento/detalhar-equipamento>); A escolha não privilegia determinada marca já que várias empresas possuem e atendem o critério MOTORIZADO proposto no descritivo técnico; Solicitamos que seja dado andamento no processo.*

Att Luana Caroline Schnorr

Coordenadora Geral”.

-Manifestação setor de engenharia do Hospital Lauro Reus: *“E por considerarmos que respondemos a contento os quesitos da solicitante, sugerimos para que a instituição assistencial evolua normalmente o processo de aquisição deste item, rejeitando o pedido de impugnação por se tratar de uma justificativa técnica que não é unânime e não é seguida pelos demais fabricantes de equipamentos portáteis já citados aqui nesta RPE, e que a postulante procure ofertar o melhor equipamento que o seu portfólio puder contemplar. Eng. J Fernando Meira da Rocha, CREA: 054.300 D visto SC: 052360-5”.*



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos.

Portanto, tendo em vista não se tratar de teor jurídico, bem como não possuir condições técnicas capazes de solucionar a problemática trazida, a procuradoria deixa de se manifestar com relação as questões técnicas, devendo, nesse caso, a comissão de licitação ter como base e norte orientador os pareceres técnicos juntados aos autos a fim de subsidiar suas decisões, pois são os únicos capazes de opinar e trazer segurança quanto a descrição do item.

4 – CONCLUSÃO

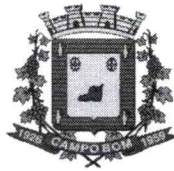
Pelo exposto, tendo em vista que foram apresentados os pareceres complementares, a procuradoria jurídica, por não possuir capacidade técnica acerca do objeto em questão, sugere o prosseguimento do feito com base na análise realizada pelos setores competentes, quais sejam a secretaria de saúde e técnico engenheiro, conforme pareceres juntados aos autos.

É o parecer que submete à apreciação superior.

Campo Bom/RS, 8 de novembro de 2023.

Maria Carolina Isoppo Pinzon Marques

Procuradora do Município



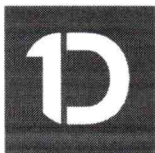
MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

OAB/RS: 117.943

Fernando Costa Rodrigues

Procurador-Geral do Município

OAB/RS:



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 35C7-8388-5C9B-7184

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ MARIA CAROLINA ISOPPO PINZON MARQUES (CPF 042.XXX.XXX-43) em 09/11/2023 17:34:27 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ FERNANDO COSTA RODRIGUES (CPF 824.XXX.XXX-91) em 12/11/2023 22:55:55 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://campobom.1doc.com.br/verificacao/35C7-8388-5C9B-7184>